

MILITARES NEGROS NUMA SOCIEDADE ESCRAVISTA

Francis Albert Cotta

1. O mito de fundação das milícias negras na América Portuguesa

O mito de fundação das milícias negras na América Portuguesa se constrói a partir dos conflitos estabelecidos contra os holandeses no nordeste açucareiro do século XVII. Tal mito, reapropriado de maneiras distintas tanto por historiadores quanto por pintores, servirá nos séculos XIX e XX como uma das bases para a construção de uma “nacionalidade brasileira”. Dos conflitos, a Batalha de Guararapes será vista como um momento fundador, onde as três “raças” se uniram para expulsar o inimigo, num pretenso sentimento de amor à Pátria.

As invasões holandesas no nordeste da América Portuguesa, motivadas em grande medida, pelo interesse da Companhia das Índias Ocidentais de controlar a então maior região produtora de açúcar do mundo, além do fato da Holanda estar em guerra contra a Espanha, se dividem em dois momentos.

Em 1624, holandeses comandados por Jacob Willekems e Johan van Dorf, tomaram Salvador, mas foram expulsos no ano seguinte pela conjugação de tropas pernambucanas e a esquadra luso-espanhola de Fradique de Toledo Osório (a União Ibérica ocorre de 1580 a 1640). Nesse primeiro contato, os holandeses teriam sido recepcionados por muitos escravos fugitivos, que lhes ofereciam serviço militar com arcos e flechas, antigas espadas espanholas, escudos redondos e armas de fogo – uma prática comum em várias localidades da África. Mas os holandeses não desejavam dar-lhes liberdade total, pois eles sentiam que o principal motivo dos negros seria saquear e roubar. Todavia, alguns escravos conseguiram a liberdade como recompensa por suas atividades bélicas. A oferta de serviço militar tornava-se um instrumento de barganha, pois os portugueses logo ofereciam a liberdade aos escravos que servissem a seu lado¹.

Em 1630, os holandeses iniciaram a segunda invasão de Pernambuco e a ocupação do nordeste, onde permaneceram até meados da década de 40. No processo de

expulsão dos holandeses a historiografia destacou o relevante papel dos *Terços de Homens Pretos e Mulatos*, comandados pelo negro Henrique Dias. Sua patente de capitão-mor fora expedida, em 16 de abril de 1639, pelo Conde da Torre, a qual dava-lhe o direito de receber mensalmente o soldo de 40 cruzados.

Na Europa, durante o processo de Restauração, Portugal reconheceu a conquista de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte e aceitou a cessação das hostilidades contra os holandeses. Por sua vez, a Holanda comprometeu-se a não expandir suas conquistas. Todavia, em abril de 1641, Maurício de Nassau conquistou Sergipe, e em novembro, o Maranhão. Concomitantemente, os holandeses tomaram a Angola, as Ilhas de São Tomé e Ano Bom, e Benguela, num flagrante desrespeito ao tratado. Em 1644, Nassau retornou à Holanda deixando o nordeste holandês em um caos, marcado, entre outros motivos, pela insolvência de dívidas de portugueses e holandeses em decorrência do fracasso da lavoura canavieira e pelo antagonismo religioso entre católicos e calvinistas.

Para Pernambuco foram enviados corpos militares compostos por índios e negros. Os índios eram comandados por Felipe Camarão e os negros por Henrique Dias. As técnicas e táticas de guerrilha adotadas pelos *terços* de índios e negros eram baseadas no conhecimento e utilização do terreno. Os guerrilheiros armavam emboscadas, e caíam de surpresa sobre os inimigos descuidados que se encontram atrás da frente dos combates. As milícias de guerrilheiros venceram as batalhas dos montes das Tabocas (1645) e Guararapes (1648 e 1649). Em 1654, após serem isolados em Recife, os holandeses capitularam. Mas o momento decisivo dos embates ocorreu no terreno diplomático. Somente em 1661, foi assinado o Tratado de Haia, no qual os holandeses desistiam de suas conquistas na América Portuguesa mediante uma indenização.

Se por um lado a guerra foi decidida efetivamente no plano diplomático, por outro abria-se o caminho para a construção do mito de Henrique Dias e dos *terços* de homens negros. A partir de então os diversos corpos militares cuja composição era de

negros passaram a ser chamados de *Henriques*. Durante todo o século XVIII e mesmo no XIX existiam corpos militares de *Henriques* em diversas capitânicas da América Portuguesa.

Em localidades banhadas pelo mar ou naquelas que faziam fronteira com a América Espanhola, os *Henriques* atuavam no esforço de defesa do litoral e das fronteiras terrestres. Nesse contexto, a capitania de Minas Gerais era *sui generis*. Nela as milícias negras assumiriam características peculiares. Por ser uma *capitania de centro*, isso é, não ter litoral ou fazer fronteira com as possessões da Espanha, os seus corpos militares, e conseqüentemente as milícias negras ali formadas, se especializaram na manutenção da ordem. Entretanto, é bom ressaltar que essa especialização não impediu o envio de contingentes de homens negros para a defesa de outras capitânicas.

2. As Minas do Ouro e dos Diamantes: Milícias Negras e a Manutenção da ordem

Nas Minas Gerais do século XVIII os homens negros estariam militarmente agrupados em quatro espécies de *milícias*: as companhias *auxiliares de infantaria*; as companhias de *ordenanças de pé*; os corpos de *pedestres* e os corpos de *homens-do-mato*. Essas milícias, institucionalizadas nas Minas a partir dos primeiros anos dos setecentos, eram vistas, quanto à sua funcionalidade, de maneiras distintas pelas autoridades portuguesas. No decorrer do século XVIII, em virtude de demandas bélicas específicas, elas sofreram diversas reestruturações .

Um dos grandes marcos das *milícias negras* na América Portuguesa foi a reestruturação militar ocorrida em 1766. Ela seria resultado das reformas militares do Conde de Lippe em Portugal e da necessidade de se reforçar os efetivos militares em função dos conflitos com os espanhóis no sul das possessões portuguesas na América.

A reunião das companhias auxiliares de infantaria de *homens pardos e pretos libertos* recebia a designação de *terço*. A comandar o *terço*, estaria o mestre-de-campo, que poderia ser um homem branco ou pardo. Quando uma companhia de homens *pretos libertos*, por especificidade da missão a desempenhar ou pela distância em que se

encontrava, não pudesse ser reunida ao *terço*, receberia a denominação: *companhia franca*. A partir do século XIX a estrutura tática do conjunto de companhias auxiliares de infantaria de homens pardos e pretos libertos passaria do *terço* para *regimento* e a designação mestre-de-campo seria substituída por coronel. As companhias *auxiliares de infantaria de pretos libertos* poderiam atuar tanto na destruição de quilombos e repressão aos índios, quanto na defesa das fronteiras marítimas e terrestres em auxílio às tropas regulares da capitania de Minas Gerais ou de outras capitanias.

Por outro lado, o comando de diversas companhias de *ordenanças de pé de homens pretos libertos* era exercido por um capitão-mor, homem branco, poderoso e de considerável cabedal econômico. Em cada companhia haveria um capitão e um alferes, responsáveis pela disciplina e organização do corpo militar. Se a milícia fosse composta por soldados e cabos negros, os seus oficiais (capitão e alferes) também seriam negros. As ordenanças atuavam localmente para preservar a tranqüilidade e o sossego. Semelhante às companhias *auxiliares de infantaria de homens pretos* suas principais missões estariam relacionadas aos confrontos com os quilombolas e índios bravos. Todavia, não recebiam soldos, armamentos ou equipamentos para o desempenho de suas atividades.

O terceiro tipo de *milícia negra* era o *corpo de pedestres*. Ele era formado por negros, pardos libertos e mesmo por escravos. Eram eles que entravam nos matos, descendo córregos por despenhadeiros impraticáveis. Pela vasta experiência prática que possuíam eram requisitados como guias nas expedições militares. Nas Minas Gerais, os pedestres estariam distribuídos pela Repartição Diamantina (local onde se extraía os diamantes), destacamentos, registros e guardas. Tinham seus soldos e *jornais* pagos pela Fazenda Real e eram comandados por capitães pardos.

Por fim, os homens negros libertos e escravos também se inseriam nos *corpos de homens-do-mato*. Eles não recebiam soldos, fardamentos, equipamentos, armamentos ou alimentação da Real Fazenda. Eram recompensados através das *tomadias* pagas pelos proprietários dos escravos fugidos.

Na primeira metade do século XVIII, os administradores portugueses, ao observarem a incipiente organização militar das Minas, julgavam não ser conveniente homens *pardos e bastardos forros* servirem em corpos militares separados dos homens brancos. Sucessivas ordens determinavam mesclar os corpos militares. Mas a despeito das determinações, os corpos de ordenanças continuaram separados.

Após o emprego das companhias de homens *pretos libertos* em campanhas militares e em atividades cotidianas, como a destruição de vários quilombos, o discurso oficial sobre as tropas de negros sofreu uma mudança significativa. Na década de 1770, o ministro Martinho de Melo e Castro destacava que os corpos de negros marcharam, abrindo caminhos e picadas que não havia por serras e sertões, navegando rios com muitas cachoeiras difíceis e perigosas, e depois de suportarem e padecerem com admirável constância os maiores trabalhos, fomes e fadigas, chegaram enfim aos quilombos e os destruíam².

Diversos governadores reproduziam o discurso de que “esta qualidade de gente é a mais útil, pela facilidade que tem de entrar nos matos”³ A correspondência dos capitães-generais, no último quartel do século XVIII, destacou a técnica específica de combate dos corpos militares formados por negros, pardos e índios. Em suas ações, utilizavam as emboscadas; caíam de surpresa sobre os inimigos; exploravam a seu favor os acidentes topográficos; conheciam as matas, as montanhas e os rios; sabiam tirar da natureza seu alimento. Enfim, utilizavam as táticas de guerrilha, que tanto assustavam seus adversários. Além dos caminhos abertos nas matas, os integrantes destas milícias abriam, pouco a pouco, picadas em outros planos.

3. Mobilidade social através de cargos militares

Nas Minas Gerais, as antigas prescrições de que os oficiais deveriam ter sangue limpo, avós de linhagem pura e pele branca perderam vigor: mulatos e negros conquistaram os postos de oficiais com a indignada censura dos brancos. A crítica voltava-se, porém, para

o alvo certo: as patentes afdalgavam, levavam o mulato e o negro livre a desprezarem o trabalho para se elevarem, verticalmente, com galão nobilizador.

Ao tratar das estratégias de mobilidade social por intermédio das patentes militares adotadas por comerciantes, mulatos e negros nas Minas, o ouvidor de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga, em suas satíricas *Cartas Chilenas* denunciava: “Os tendeiros/ mal se vêem capitães, são já fidalgos;/ Seus néscios descendentes já não querem/ Conservar as tavernas, que lhes deram/ Os primeiros sapatos, e os primeiros/ Capotes com capuz de grosso pano”⁴. Na busca pelo galão que afdalgava, não poucos foram aqueles que compraram suas patentes. Ao se referir às ações do governador e capitão-general das Minas Luís da Cunha Meneses (1783-1788), Gonzaga afirmou: “o Chefe, Doroteu, só quer dinheiro,/ e dando aos militares regalias,/ podem os grandes postos que lhes vende, subir à proporção também de preço”⁵. A situação denunciada pelo ouvidor Gonzaga não seria um fenômeno da administração de Cunha Meneses, o seu governo fazia parte de um processo em gestação. A inserção dos pardos e negros libertos nas milícias era permeada por aspectos estratégicos. Dentre outras, a trajetória de Francisco Alexandrino, possibilita lançar luz sobre este aspecto.

Em julho de 1763, Francisco Alexandrino, homem pardo e residente em Vila Rica, fora submetido e aprovado nos exames de aritmética e evoluções militares, aplicados pelo ajudante das ordens do governador das Minas Jerônimo de Matos e pelo alferes dos Dragões João Carlos Xavier da Silva Ferrão. Em agosto do mesmo ano Francisco recebeu patente de capitão da companhia de ordenanças de pé dos homens pardos de Vila Rica. Com a reestruturação militar ocorrida em função da carta-régia de 1766, Francisco foi novamente indicado pela câmara de Vila Rica e confirmado no posto. O Capitão pardo realizara “contínuas expedições de entrar os matos contra os negros fugidos” e auxiliou nos mandatos da justiça, “nas distâncias e asperezas dos caminhos”. Para os camaristas de Vila Rica, o desempenho dessas missões não “resolvem outra qualidade de homens”. O capitão Francisco era visto como “homem de morigerados costumes, louvável conduta, capacidade

e outras circunstâncias que o fazem merecedor desta atenção”. Uma vez confirmado no posto, se subordinaria ao capitão-mor de Vila Rica, oficiais superiores das ordenanças e governadores. Não venceria soldo, mas gozaria de “todas as honras, graças e isenções do posto”. Novamente realizou o juramento dos Santos Evangelhos e assumiu o compromisso de residir em Vila Rica⁶.

Ao assumir o comando das Minas, o Conde de Valadares (1768-1773), em função da carta-régia de 1766, procedeu nova organização dos corpos auxiliares de pardos e pretos libertos. Dentre as várias cartas-patentes que passou, estava a do capitão da companhia de ordenança de pé dos *homens pretos libertos* de Vila Rica Antônio dos Santos Corrêa. Antônio dos Santos não receberia soldo, mas gozaria de “todas as honras, privilégios, isenções e franquias”. Realizaria o juramento dos Santos Evangelhos na presença do capitão-mor José Álvares Maciel, seria “conhecido por capitão, e como tal o trate com honra e estima oficiais e soldados de que lhe compete”⁷.

Na década de 1770, nova reestruturação militar teve lugar nas Minas Gerais e os corpos de pardos e pretos libertos foram alvo de reorganização. O então capitão pardo Francisco Alexandrino foi promovido a mestre-de-campo do terço de Vila Rica e seu termo. Ele tinha sob suas ordens vinte e três companhias de pardos e sete de pretos libertos, o que representaria cerca de 1800 homens sob seu comando. O poder adquirido por esses homens era considerável. Os próprios governadores, ao emitirem suas cartas-circulares, enviavam-nas, aos capitães-mores, coronéis e mestres-de-campo.

As estratégias utilizadas pelos homens pardos e negros libertos variavam desde a inserção em redes de apadrinhamento e clientela até adoção dos valores tidos como ideais pela sociedade católica portuguesa. As promoções ocorreriam em casos de incapacidade física, transferência para outro corpo militar, morte ou mudança de residência do patenteado. Outra possibilidade seria a criação de uma nova companhia.

Na década de 1780, os vassalos militares negros libertos reafirmaram sua importância para o sistema militar tornando-se mais visíveis aos olhos do rei através de figurinos militares⁸ A iniciativa partira do então governador das Minas, Luís da Cunha Meneses. Em 1784 Cunha Meneses enviou carta-circular a todos os coronéis, mestres-de-campo e capitães-mores determinando a elaboração de estampas, nas quais “se demonstre o uniforme tanto de um oficial como de um soldado armado com todo o seu armamento”⁹.

Nas Minas Gerais os *pedestres, auxiliares de infantaria, ordenanças de pé* e os *homens-do-mato* possuíam algumas características em comum. Os seus componentes eram africanos ou negros nascidos na América Portuguesa, sejam eles escravos ou libertos. Suas atividades estavam ligadas à repressão aos quilombolas, facinorosos, extraviadores de ouro e diamantes e índios bravos. Seus locais de atuação eram os matos, as picadas, os caminhos e os rios que cortavam o território mineiro.

Alguns militares negros se inseriam na sociedade escravista, conquistando relativa mobilidade social através das promoções e de outras vantagens inerentes às funções que exerciam. Por outro lado, não se pode desprezar o fato de que alguns negros ao se alistarem nos corpos militares estariam desenvolvendo estratégias de resistência, pois viam neles a possibilidade de adquirirem a liberdade. Por fim, não se pode negar a experiência militar já existente nos africanos escravizados e levados para a América.

¹ THORTNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 363.

² INSTRUÇÕES para dom Antônio de Noronha. Salvaterra de Magos, 24/1/1775. Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina. 643, fl. 125. Itens 34-37.

³ CARTA de dom Antônio de Noronha para Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 25/7/1775. Arquivo Público Mineiro. SG.211, fls. 69-73.

⁴ GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. Carta IX.

⁵ Ibidem.

⁶ REQUERIMENTO de Francisco Alexandrino. Vila Rica, 20/5/1767. Arquivo Histórico Ultramarino. Minas Gerais. Cx. 90. Doc. 46.

⁷ CARTA-PATENTE passada pelo Conde de Valadares a Antônio dos Santos Corrêa no posto de capitão de uma companhia de ordenança de pé de homens pretos libertos de Vila Rica. Vila Rica, 11/9/1768. Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 93. Doc. 26.

⁸ Vários figurinos militares de homens negros se encontram no Arquivo Histórico Militar e Arquivo Histórico Ultramarino, ambos localizados em Lisboa. Além de aquarelas localizadas no Museu do Ouro, em Sabará e no Museu dos Diamantes, em Diamantina, ambos em Minas Gerais.

⁹ CARTA-CIRCULAR de Luís da Cunha Meneses a todos os coronéis, mestres-de-campo e capitães-mores das Minas. Vila Rica, 28/2/1784. Arquivo Público Mineiro. SC. 241, fl. 6-7.